

Sondagem

Europeus favoráveis a aumento da idade de reforma

"Sondagem deliberativa", um projecto inédito, revela conclusões surpreendentes.

Luísa Meireles

A população europeia é favorável a um aumento da idade de reforma e está disposta a fazer sacrifícios para as garantir, resiste a futuros alargamentos da União Europeia, é a favor do uso da força militar para determinados fins e querem um papel acrescido da UE em certos domínios, tal como o abastecimento energético.

Em termos gerais, são estas as conclusões de uma sondagem inédita realizada na Europa e que foram divulgadas esta tarde num hotel de Lisboa, à margem da cimeira informal de chefes de Estado e de Governo.

Organizada pela "Notre Europe", com a colaboração em Portugal do Instituto para os Estudos Estratégicos Internacionais, esta "sondagem deliberativa" reuniu 3500 pessoas representativas da população dos 27 Estados-membros, das quais 362 foram depois seleccionadas para participar num fórum no Parlamento Europeu. Destas, 11 eram portuguesas.

As 3500 pessoas responderam primeiro a cerca de trinta questões sobre vários pontos, como economia, protecção social, estratégia de defesa e instituições, sendo-lhes depois fornecida informação sobre esses temas. Os temas foram depois debatidos em pequenos grupos e, de novo, em plenário. Finalmente, foram questionadas uma segunda vez sobre as questões iniciais.

Na sequência dos debates, a proporção de pessoas favoráveis a aumentar a idade de reforma passou de 26% a 40%, ao mesmo tempo que aumentou a consciência do facto de que "manter intactas as regras sobre as reformas provocaria a falência do sistema".

Inversamente, a percentagem de pessoas a favor de novas adesões à União diminuiu na sequência dos debates de 65% para 60%: quanto à Turquia, o apoio à sua adesão passou de 55% para 45% e quanto à Ucrânia, de 69% para 55%.

Curiosamente, não houve oscilação de opiniões no que diz respeito a uma eventual adesão de um país muçulmano.

Também não houve grande diferença de opinião relativamente ao uso da força militar, fosse para defender um país europeu sujeito a um ataque (80% antes, 83% depois), fosse para prevenir um genocídio noutra país (82%-81%). Mas o apoio ao uso da força "para erradicar a ameaça engendrada por armas de destruição maciça" caiu de 70% para 59%.